

## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

**Objeto:** CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO, ORGANIZAÇÃO, GERENCIAMENTO E ADMINISTRAÇÃO DE SISTEMA DE FORNECIMENTO DE AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO por meio de cartão eletrônico individualizado, com fornecimento mensal, destinado aos servidores ativos e inativos do Departamento Autônomo de Água e Esgotos de Araraquara.



Araraquara, 28 de outubro de 2025.

### Histórico de Revisões

Data	Versão	Descrição	Autor
28/10/2025	1.0	Finalização da primeira versão do documento	Márcia Maria Dias

## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR DA CONTRATAÇÃO

### INTRODUÇÃO

O Estudo Técnico Preliminar (ETP) tem por objetivo identificar e analisar os cenários para o atendimento da demanda que consta no Documento de Formalização da Demanda, bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar o respectivo processo de contratação.

### 1. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

O benefício do auxílio-alimentação é essencial para garantir aos servidores da Autarquia melhores condições de acesso a gêneros alimentícios, impactando positivamente sua qualidade de vida e produtividade.

É fundamental que este serviço seja ofertado de forma ágil, prática e econômica, priorizando a ampliação da rede de estabelecimentos credenciados e a utilização de plataformas tecnológicas que facilitem a gestão dos recursos destinados a este fim.

A escolha pelo modelo de credenciamento, em detrimento de processos licitatórios tradicionais (como pregão eletrônico), fundamenta-se, principalmente, na necessidade de proibição de exigência de deságio ou taxa negativa como critério de seleção, conforme disposto pela Lei Federal 14.442/2022, destacando-se que o fornecimento de auxílio-alimentação não deve permitir a ocorrência de descontos sobre os valores efetivamente destinados ao servidor, sob pena de violação aos princípios da isonomia, moralidade administrativa e destinação específica do benefício.

O auxílio-alimentação tem natureza indenizatória e destinação certa ao custeio de alimentação do servidor. Permitir que empresas ofertem o serviço mediante taxa negativa — ou seja, devolvendo parte dos valores à Autarquia como forma de "desconto" — desvirtua a finalidade do benefício.

O credenciamento de empresa(s) habilitada(s) e interessada(s) em operar o fornecimento do benefício do auxílio alimentação sem a imposição de deságio assegura:

- a ampla concorrência entre operadoras;

- a isenção de custos adicionais ao servidor;
- o respeito à legalidade e à destinação específica do recurso público;
- e a disponibilidade de ampla rede de estabelecimentos conveniados, garantindo liberdade de escolha aos beneficiários.

Considerando o interesse da Autarquia e o respeito à legislação, justifica-se plenamente a abertura do presente processo de credenciamento para contratação de empresa(s) operadora(s) de auxílio-alimentação, vedada expressamente a prática de deságio ou taxa negativa sobre o valor nominal do benefício.

Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, sem a necessidade de fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, pois enquadram-se na classificação nos termos do inciso XIII do artigo 6º da Lei Federal nº 14.133/2021 *“aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado”*.

## **2. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

O serviço é enquadrado como continuado uma vez que se caracteriza pela necessidade de prestação ininterrupta e prolongada, essencial ao atendimento das obrigações da Autarquia para com seus servidores.

Para a comprovação da CAPACIDADE TÉCNICA OPERACIONAL, a CREDENCIADA/CONTRATADA deverá apresentar 01 (um) ou mais atestado (s) expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando o desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto deste processo de credenciamento, que correspondem em aproximadamente 50 % do quantitativo do objeto contratual. O referido percentual é necessário para que a CREDENCIADA/CONTRATADA comprove sua capacidade operacional de atendimento da demanda apresentada.

A(s) empresa(s) credenciada(s) serão responsáveis pelas validações das transações e recargas mensais dos créditos, permitindo aos servidores a aquisição de gêneros alimentícios essenciais, em estabelecimentos comerciais conveniados com o serviço de auxílio-alimentação, nas seguintes quantidades:

- no mínimo 120 (cento e vinte) estabelecimentos comerciais (supermercados, mercados, mercearias, açougues, hortifrutigranjeiros, entre outros), conveniados e ativos no município de Araraquara;

- No mínimo 100 (cem) estabelecimentos comerciais (supermercados, mercados, mercearias, açougues, hortifrutigranjeiros, entre outros) credenciados e ativos no raio de 100 km da sede da Autarquia.
- no mínimo 3 (três) estabelecimentos do tipo hipermercados, atacadistas, atacarejos, de grupos diferentes, credenciados e ativos no raio de 100 km da sede da Autarquia, sendo que 2 (dois) deles deverão estar no município de Araraquara;

Os licitantes poderão, respeitando as quantidades determinadas acima, credenciar os estabelecimentos livremente dentre as opções disponíveis.

O pagamento desses gêneros alimentícios será operacionalizado por meio de arranjo de pagamento, conforme estabelecido no caput e inciso I do art. 6º da Lei nº 12.865/2013, por intermédio de cartões com tecnologia de chip eletrônico de segurança, sistema de controle de saldo e senha numérica pessoal e intransferível para validação das transações eletrônicas. O arranjo de pagamento será fechado, uma vez que o auxílio-alimentação tem como objetivo principal promover a segurança alimentar e nutricional dos servidores, garantindo dessa forma que os recursos destinados ao benefício sejam utilizados exclusivamente para aquisição de gêneros alimentícios, conforme as diretrizes estabelecidas pela administração pública, sem risco de desvio de finalidade.

O valor individual do auxílio-alimentação a ser repassado à contratada será sempre determinado mediante Lei Municipal, sendo certo que a alteração desse valor somente poderá ser realizada mediante determinação expressa da Autarquia.

O objeto dessa contratação não se enquadra como serviços de luxo, observando o disposto na Lei nº 14.133/2021.

A taxa de administração fixada é de 0,00% (zero por cento), considerando as disposições do Decreto nº 10.854/2021 e da Lei nº 14.133/2021, sendo vedada a apresentação de taxa negativa. Não poderão ser cobrados custos para emissão, reemissão, entrega, estorno ou recarga de cartões alimentação.

O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da data de assinatura do contrato prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021, vinculados a prorrogação do credenciamento pela Autarquia.

A confecção do cartão pela CREDENCIADA/CONTRATADA deverá ser realizada de forma personalizada, devendo constar os seguintes dados:

- Denominação da Autarquia (DAAE ARARAQUARA);
- Nome por extenso do servidor;
- Validade de 05 (cinco) anos, devendo constar mês e ano de referência;
- Número sequencial de controle individual.

O cartão magnético deverá ser atribuída senha de, no mínimo, 04 (quatro) dígitos.

O fornecimento da primeira via do citado cartão não terá custo algum a CONTRATANTE.

A CREDENCIADA/CONTRATADA está ciente de que o valor global estimado poderá majorar ou minorar uma vez que, ao longo da vigência do contrato, o número de servidores e o valor do benefício poderão sofrer alterações.

A CREDENCIADA/CONTRATADA deverá disponibilizar aplicativo mobile para smartfone compatível com os sistemas operacionais Android e IOS (todas as versões) e/ou sitio na internet, em que, por meio de acesso a ambiente seguro (login e senha), os usuários dos cartões possam ter acesso às seguintes funcionalidades:

- a) consulta de saldo, extrato e consumo médio diário;
- b) bloqueio de cartões em caso de extravio, roubo, furto ou cartão danificado;
- c) geração de nova senha ou troca de senha;
- d) serviço de esclarecimento de dúvidas;
- e) atualização de dados cadastrais.

A visualização do saldo também deverá ser via comprovante de vendas ou internet.

A CREDENCIADA/CONTRATADA deverá dispor de central de atendimento telefônico para atendimento da CONTRATANTE, com ligação gratuita ou local.

Também deverá a CREDENCIADA/CONTRATADA disponibilizar relatórios gerenciais, sempre que for solicitado pela Divisão de Recursos Humanos da CONTRATANTE, contendo, no mínimo: nome do servidor/beneficiário, número do cartão, data e valor da recarga do crédito, local, data e valor da utilização dos créditos pelos usuários/servidores e quantidade de cartões reemitidos por servidores/usuários.

A CREDENCIADA/CONTRATADA deverá efetuar o crédito mensal nos cartões magnéticos, rigorosamente no dia contratado e conforme informado pelo CONTRATANTE, por meio de pedido eletrônico ou outro estabelecido.

A CREDENCIADA/CONTRATADA deverá emitir a segunda via dos cartões em caso de apresentar defeito, perda, furto, extravio ou desgaste natural, no prazo máximo de 10 (dez) dias, após a data de solicitação, com a devida transferência do saldo remanescente de benefícios para o novo cartão, sem custo adicional ao contratante e ao servidor. No caso de bloqueio de senha ou troca do cartão, a contratada deverá disponibilizar meios para o devido desbloqueio e ou substituição.

Os cartões eletrônicos deverão ser encaminhados pela CREDENCIADA/CONTRATADA à sede da Autarquia, devidamente identificados e qualificados, em até 10 (dez) dias corridos a partir da expedição da ordem de serviço realizada pela Contratante. O prazo para a primeira entrega dos cartões com as respectivas senhas será de, no máximo, 10 (dez) dias corridos, devendo serem entregues em envelopes lacrados, contendo no lado externo o nome do servidor, com manual básico de utilização e o cartão bloqueado.

Os cartões deverão ser entregues pela CONTRATADA no endereço: Rua José Parisi, nº 529 – Vila Velosa – Araraquara/SP – CEP 14.806-000, (A/C: Divisão de Recursos Humanos).

O desbloqueio dos cartões deverá ser feito através de central de atendimento telefônico ou via internet, atestando assim a confirmação do recebimento do cartão pelo próprio usuário/servidor;

A CREDENCIADA/CONTRATADA responderá pelos danos e prejuízos decorrentes de paralisações nos fornecimentos, salvo ocorrência de caso fortuito, ou força maior, apurados na forma da legislação vigente.

A CREDENCIADA/CONTRATADA deverá responder a todas as obrigações fiscais, penais, trabalhistas, etc, definidas pela legislação, recolhendo todos os tributos devidos e demais custos indiretos necessários à produção e ao fornecimento do auxílio-alimentação.

A CREDENCIADA/CONTRATADA deverá dispor de meios tecnológicos de segurança tornando a utilização dos cartões segura aos servidores.

No caso de troca de cartão magnético inicialmente oferecido pela CREDENCIADA/CONTRATADA por novos, por qualquer motivo alheio à vontade do CONTRATANTE, ou ainda, se a CREDENCIADA/CONTRATADA ou seus credenciados adotarem outros meios tecnologicamente adequados para a prestação dos serviços, os custos não serão repassados para a Contratante ou servidores.

O valor individual do auxílio-alimentação será sempre determinado pela legislação municipal, sendo certo que a alteração desse valor somente poderá ser realizada mediante determinação expressa da CONTRATANTE.

A CONTRATADA deverá manter, nos estabelecimentos credenciadas e/ou afiliadas à sua rede, indicação de adesão por meio de placas, selos identificadores ou adesivos.

A CONTRATANTE encaminhará a CREDENCIADA/CONTRATADA arquivo digital contendo os dados dos usuários dos cartões/créditos, no prazo máximo de até 05 (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato, sendo responsabilidade da CREDENCIADA/CONTRATADA inserir esses dados no sistema próprio para pedidos dos cartões, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis contados da informação prestada pela CONTRATANTE.

Os créditos do auxílio-alimentação serão disponibilizados no dia 20 de cada mês, até as 12:00 horas. Na ocorrência do dia 20 cair no sábado, domingo ou feriado, a inserção do crédito deverá ocorrer no primeiro dia útil imediatamente anterior, podendo ainda ocorrer em data determinada pela CONTRATANTE, conforme arquivo remessa do respectivo pedido, que poderá ser enviado à CREDENCIADA/CONTRATADA com pelo menos 01 (um) dia de antecedência.

Os cartões eletrônicos a serem fornecidos deverão observar os valores definidos pela CONTRATANTE.

A inclusão de novos usuários poderá ser efetuada a qualquer tempo pela CONTRATANTE, diretamente no arquivo de pedidos mensal.

Os créditos inseridos nos cartões eletrônicos/magnéticos, se não utilizados dentro do mês de competência, deverão obrigatoriamente somar-se aos próximos créditos, de tal forma que os servidores da CONTRATANTE não sejam em hipótese alguma prejudicados.

Após o término do contrato, o servidor deverá ter o prazo de até 120 (cento e vinte) dias para utilizar quaisquer créditos remanescentes, caso existam.

Mensalmente, a CONTRATANTE encaminhará à CREDENCIADA/CONTRATADA a relação ou arquivo remessa com o nome dos servidores que fazem jus ao crédito, bem como respectivo valor a ser creditado. A transmissão desses dados será via digital, via internet, e a



CREDENCIADA/CONTRATADA deverá fornecer os meios adequados para efetivação da transferência, sem prejuízo dos prazos estabelecidos.

A CREDENCIADA/CONTRATADA deverá credenciar e manter sempre, no mínimo, em pleno funcionamento, durante toda a vigência do contrato, os estabelecimentos comerciais. Os estabelecimentos que não atendam as condições exigidas no Termo de Referência deverão ser substituídos, devendo a CREDENCIADA/CONTRATADA inclusive, manter, ampliar, fiscalizar e organizar a rede de credenciados.

Deverá a CREDENCIADA/CONTRATADA manter nos estabelecimentos credenciados, identificação de sua adesão ao sistema, em local de fácil visualização, assim como manter atualizada a relação de estabelecimentos filiados ou credenciados ao sistema.

A comprovação da rede credenciada (relação nominal e quantidades de estabelecimentos, contendo razão social, nome fantasia, CNPJ e endereço completo) deverá ser apresentada no momento da assinatura do contrato.

A lista atualizada também deverá constar no sítio eletrônico da CREDENCIADA/CONTRATADA para acesso pelo usuário mediante login pessoal e intransferível.

A CREDENCIADA/CONTRATADA deverá propiciar o credenciamento de novos estabelecimentos interessados, bem como comunicar imediatamente à CONTRATANTE qualquer descredenciamento de estabelecimento e providenciar substituição por estabelecimento de igual tipo em condição igual ou superior, no prazo máximo de até 05 (cinco) dias úteis.

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

Prestação de serviços de implantação, organização, gerenciamento e administração de sistema de fornecimento de auxílio-alimentação por meio de cartões com tecnologia de chip eletrônico de segurança, individualizados com recarga mensal de créditos, de uso pessoal e intransferível, para aquisição de gêneros alimentícios em estabelecimentos comerciais credenciados, destinados aos servidores ativos e inativos do Departamento Autônomo de Água e Esgotos de Araraquara, à razão de um documento cada.

#### 4. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

É estimada a quantidade de 660 documentos para contratação desse serviço, considerando-se a possível projeção de aumento do quadro de servidores dessa Autarquia. Atualmente essa quantidade é de 595 unidades, sendo 497 ativos e 98 inativos.

#### 5. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O benefício “Auxílio-Alimentação” foi instituído pela Lei Municipal nº 4.506, de 29 de junho de 1955, tendo a última correção aplicada pela Lei Municipal nº 11.549, de 03 de junho de 2025 que fixou o valor mensal atual em R\$640,00 (seiscentos e quarenta reais). Acrescenta-se ao valor do “Auxílio Alimentação” o “Bônus Alimentação” mensal no valor de R\$ 410,00 (quatrocentos e dez reais) variáveis, pago somente aos servidores ativos, instituído pela Lei Municipal nº 9.573, de 17 de maio de 2019 e reajustado pela Lei 11.150/2024.

**ITEM 01:** Credenciamento para contratação de empresa(s) especializada(s) na prestação de serviços de implantação, organização, gerenciamento e administração de sistema de fornecimento de auxílio-alimentação por meio de cartão eletrônico individualizado, com fornecimento mensal, destinado aos servidores ativos e inativos do Departamento Autônomo de Água e Esgotos de Araraquara, conforme especificações definidas no presente termo de referência.

Descrição	Quantidade estimada de beneficiários/cartões	Valor do Benefício (R\$)	Valor total mensal estimado (R\$)	Valor total estimado para o período (R\$)
Servidores ativos (auxílio +bônus)	562	1.050,00	590.100,00	7.081.200,00
Servidores inativos (auxílio)	98	640,00	62.720,00	752.640,00
<b>Total</b>	<b>660</b>	<b>-</b>	<b>652.820,00</b>	<b>7.833.840,00</b>

O valor global estimado para os serviços a serem credenciados é de R\$ 7.833.840,00 (sete milhões, oitocentos e trinta e três mil, oitocentos e quarenta reais) para o período de 12 (doze) meses, e o valor mensal estimado será de R\$ 652.820,00 (seiscentos e cinquenta e dois mil, oitocentos e vinte reais).

#### 6. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO (OU NÃO) DA SOLUÇÃO

Considerando a natureza dos serviços a serem prestados, entende-se que não é possível o parcelamento da solução por se tratar de processo de credenciamento de objeto com único item.

## **7. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES**

Este estudo não identificou a necessidade de realizar contratações acessórias para a perfeita execução do objeto, uma vez que todos os meios necessários para a aquisição/operacionalização dos serviços podem ser supridos apenas com a contratação ora proposta.

## **8. IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS DE TRATAMENTO**

Diante da natureza da contratação pretendida, e tendo em vista que os serviços serão oferecidos quase que integralmente sob a forma de plataformas digitais, com exceção do fornecimento dos cartões de benefícios em si, a análise preliminar indica que não há impactos significativos de natureza ambiental associados à operação digital, salvo quando do descarte do cartão.

## **9. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE (OU NÃO) DA CONTRATAÇÃO**

Os estudos preliminares evidenciaram que a contratação da solução mostra-se possível tecnicamente e fundamentadamente necessária. Diante do exposto, declara-se ser viável a contratação pretendida.

Araraquara, 28 de outubro de 2025.

<hr/> Responsável pela Elaboração do Estudo Técnico Preliminar	<hr/> Responsável pela Aprovação do Estudo Técnico Preliminar
--	---